



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: JAN/2017 A DEZ/2017

RGF - Anexo I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JAN/2017 a DEZ/2017	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo (*) Pessoal Inativo e Pensionistas (**) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização(§ 1º do art.18 da LRF) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (**)	141.898 141.898	
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	141.898	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL(IV)	8.737.739	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP (V) = (III a + III b)	141.898	1,62%
LIMITE MÁXIMO (VI) (inciso I,II e III, art.20 da LRF)	166.017	1,90%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (Parágrafo único do art. 22 da LRF	157.716	1,805%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II § 1º do art.59 da LRF)	149.415	1,71%

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Não incluído o valor do IRRF – Parecer Normativo PN TC nº 05/04, e não incluído o valor da contribuição patronal para o RPPS – Parecer Normativo PN TC nº 12/07.

(**) Não incluídas despesas a cargo da PBPREV - Parecer PN TC nº 77/00

João Pessoa, 25 de Janeiro de 2018.


GERVÁSIO AGRIPINO MAIA
Presidente


ATAÍDES MENDES PEDROSA
2º Secretário

Tabela 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DA PARAIBA - PODER LEGISLATIVO
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAIBA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: JAN/17 A DEZ/17

LRF, art. 48 - Anexo 6			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		8.737.739	
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Máximo (função I, II e III, art. 20 da LRF) - <X>		141.898	1,62
Limite Prudencial (qualquer outro, art. 22 da LRF) - <Y>		166.017	1,90
		157.716	1,805
DÍVIDA CONSOLIDADA			
Dívida Consolidada Líquida		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES			
Total das Garantias Concedidas		VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			
Operações de Crédito Internas e Externas		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR			
Valor Total		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
FONTE: SLAF - Sistema de Administração Financeira do Estado da PB			16.396.413,29

JOÃO PESSOA, 23 DE JANEIRO DE 2018


 GENIVALDO AGRIPINO MAIA
 PRESIDENTE


 ATALIDES MENDES PEDROSA
 2º SECRETÁRIO